

# *A Soberania de Deus*

John Murray

Eu entendo a soberania de Deus como a autoridade, o domínio e o governo absolutos de Deus sobre toda a realidade distinta dEle mesmo, existente no âmbito da natureza e da graça. É um conceito que se refere à Sua relação com os outros seres e com tudo o mais que existe. Trata-se, portanto, de um conceito de relação.

Se Deus detém e exercita esta autoridade, domínio e governo de modo absoluto, a pressuposição necessária para isso é a Sua unicidade ou unidade. Este é um fato sobre o qual as Escrituras oferecem testemunhos freqüentes e numa grande variedade de contextos, uma vez que se trata de uma verdade que sustenta e determina toda a superestrutura da revelação divina.

Um exame destes testemunhos mostrará que a questão não se resume a uma mera supremacia, ou mesmo transcendência, no âmbito da Divindade. Não é como se houvesse uma tropa de divindades menores, acima das quais Deus é supremo, demandando de nós, portanto, uma adoração e devoção também supremas. Em vez disso, trata-se de que Ele, sozinho, é Deus. ...o Senhor é Deus; nenhum outro há senão ele.... só o Senhor é Deus, em cima no céu e embaixo na terra; não há nenhum outro (Dt 4:35, 39). Ouve, ó Israel; o Senhor nosso Deus é o único Senhor (Dt 6:4). Vede agora que eu, eu o sou, e não há outro deus além de mim (Dt 32:39) ... tu mesmo, só tu és Deus de todos os reinos da terra (2Rs 19:15).

É significativo que seja precisamente esta linha de testemunho do Antigo Testamento a que recorre o Nosso Senhor ao responder à questão, *Qual é o primeiro de todos os mandamentos? O primeiro é: Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor* (Mc 12:29). E a conseqüência necessária para nós é que, *Amarás, pois, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo o teu entendimento e de todas as tuas forças* (Mc 12:30). *Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele servirás* (Mt 4:10). O caráter essencial da unicidade de Deus aparece, por exemplo, na Epístola de Paulo aos Romanos, quando ela funciona como uma dobradiça onde gira e se sustenta uma doutrina não menos importante que a da justificação pela fé. *É porventura Deus somente dos judeus? Não é também dos gentios? Também dos gentios, certamente, se é que Deus é um só, que pela fé há de justificar a circuncisão, e também por meio da fé a incircuncisão* (Rm 3:29-30). E, novamente, na Primeira Epístola aos Coríntios, o fundamento de que *todavia para nós há um só Deus, o Pai, de quem são todas as coisas e para quem nós vivemos; e um só Senhor, Jesus Cristo, pelo qual existem todas as coisas, e por ele nós também* (1Co 8:6) é o primeiro princípio regulador da adoração.

O conceito da soberania divina também pressupõe o fato da criação, ou seja, a origem de todas as outras coisas pelo *fiat* de Deus. O momento em que admitimos a existência de alguma coisa independente de Deus na derivação do seu ser, é o momento em que também negamos a soberania divina. Pois, mesmo que admitíssemos que, agora ou em algum outro ponto, Deus assumiu ou ganhou o controle absoluto sobre algo, no momento em que aceitamos que este algo esteve fora de Seu *fiat* como princípio e origem, e fora do Seu governo como causa da sua existência contínua, então teremos destruído o caráter absoluto da autoridade e do domínio divino. As Escrituras estão bastante conscientes deste fato, de modo que os seus testemunhos da atividade criadora de Deus sempre lhe atribuem um caráter impregnante. Isto se ampara não apenas nuns poucos textos famosos ou importantes.

Talvez nenhum desses textos expresse isso de modo mais contundente que o salmo: *Pela palavra do Senhor foram feitos os céus, e todo o exercício deles pelo sopro da sua boca* (Sl 33:6). O importante é que a Sua palavra, ou o sopro de Deus – sopro sendo o símbolo de Sua vontade poderosa e criadora – é o antecedente, ou a causa prévia de tudo o que existe. *Pois ele falou, e tudo se fez; ele mandou, e logo tudo apareceu* (Sl 33:9). Este tipo de relato nos remete ao primeiro capítulo de Gênesis, onde, em cerca de oito ocasiões, os passos sucessivos do drama da criação são introduzidos com a fórmula, “e Deus disse”.

Deus fez o céu e a terra; pelo Seu sopro, os céus foram ornados; Ele estabeleceu os fundamentos da terra; pela Sua sabedoria, criou a terra; pelo Seu entendimento, estabeleceu os céus; Suas mãos estenderam os céus e Ele comandava toda a tropa celestial; céu e terra foram feitos por Suas mãos, e desse modo todas as coisas vieram a existir; Ele fez o mar e a terra árida; Ele é o primeiro e o último, o Alfa e o Ômega; Ele é o princípio da criação; por Sua vontade, o céu e a terra foram criados e vieram a existir (2 Rs 19:15; Jó 26:13; 38:4; Pv. 3:19; Is. 42:5; 44:6; 45:12; 66:2; Jn 1:9; Ap. 1:8; 3:14; 4:8).

A religiosidade sobre a qual as Escrituras estabelecem a Sua autoridade, é a verdadeira religiosidade; e isto – nós descobrimos – repousa e é sustentado, de modo suficiente, pelo reconhecimento do caráter criador de Deus. O ato de se dirigir a Deus em adoração, oração e louvor começa por este reconhecimento; o ato de se dirigir ao homem na lei e no evangelho também repousa nisso. A fé que é “a substância das coisas que esperamos, a evidência das coisas que não vemos”, a fé através da qual uma multidão de santos receberam em si mesmos o testemunho de que haviam se tornado justos, é a fé através da qual ... *entendemos que os mundos foram criados pela palavra de Deus; de modo que o visível não foi feito daquilo que se vê* (Hb 11:3). E quando Paulo fez seu apelo aos idólatras de Atenas, afirmando-lhes que Deus agora ordenava aos homens que eles deveriam, todos e em qualquer lugar, arrepender-se, ele iniciou sua mensagem dizendo, *O Deus que fez o mundo e tudo o que*

*nele há, sendo ele Senhor do céu e da terra, não habita em templos feitos por mãos de homens (At 17:24).*

Se a soberania de Deus repousa na Sua unicidade e na Sua atividade criadora, pode se dizer que ela consiste, antes de tudo, no direito ao domínio e ao governo sobre tudo o que existe, traduzindo, desse modo, a Sua posse sobre o universo. O Salmo emite esta observação, de forma sucinta. *Do Senhor é a terra e a sua plenitude (Sl 24:1)*. Os profetas fazem o mesmo quando afirmam que Ele é o *Deus toda a terra* e que o *Altíssimo tem domínio sobre o reino dos homens, e o dá a quem quer.*(Is 54:5; Dn 4:17;25). Na fórmula de Melquisedeque e de Abraão, Ele é o *dono do céu e da terra* (Gen. 14:19, 22), e, nas palavras de Paulo, *porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos* (At 17:28).

Em segundo lugar, a soberania, enquanto posse e direito a domínio, alcança no governo a sua forma completa e eficiente. Como tal, ela é (1) exercida soberanamente, de acordo com o decreto antecedente. O que Deus decreta, encontra-se infalivelmente determinado e efetuado. *Porventura não ouviste que já há muito tempo determinei isto, e já desde os dias antigos o planejei? Agora, porém, o executei, para que fosses tu que reduzisses as cidades fortificadas a montões desertos* (2Rs 19:25). *Como pensei, assim sucederá, e como determinei, assim se efetuará* (Is 14:24). *O meu conselho subsistirá, e farei toda a minha vontade* (Is 46:10). Nas palavras de Jó: *Mas ele está resolvido; quem então pode desviá-lo? E o que ele quiser, isso fará. Pois cumprirá o que está ordenado a meu respeito, e muitas coisas como estas ainda tem consigo* (Jó 23:13-14). *Bem sei eu que tudo podes, e que nenhum dos teus propósitos pode ser impedido* (Jó 42:2). *Porque o conselho do Senhor permanece para sempre, e os intentos do seu coração por todas as gerações, é que Ele faz todas as coisas segundo o conselho da sua vontade* (Sl 33:11; Ef 1:11).

Seu decreto propositivo não é afirmado apenas positivamente, mas também negativamente. Nenhum de Seus propósitos pode ser restringido e todo propósito da criatura que lhe é contrário, deve ser frustrado. *Pois o Senhor dos exércitos o determinou, e quem o invalidará? A sua mão estendida está, e quem a fará voltar atrás?* (Is 14:27). *O Senhor desfaz o conselho das nações, anula os intentos dos povos* (Sl 33:10). *... e segundo a sua vontade ele opera no exército do céu e entre os moradores da terra; não há quem lhe possa deter a mão, nem lhe dizer: Que fazes?* (Dn 4:35).

Alcançando a sua forma mais completa e eficiente quando exercida como governo, a soberania é (2) levada a cabo com uma eficiência onipotente e indestrutível. A poderosa mão de Deus é que executa a Sua vontade. Ele é o grande, o poderoso, o terrível. Ele cavalga nos céus e, enquanto Rei, também nos firmamentos. Não há quem possa escapar de Sua mão, pois Ele frustra os maquinações do esperto, e, ante Ele, o conselho dos perversos se precipita. Não há sabedoria, nem entendimento, nem conselho contra Ele. Ninguém pode segurar Suas mãos e

Lhe dizer: “Que fazes?”, pois o poder humano é como o dos Egípcios, e eles são homens e não Deus, e seus cavalos são carne e não espírito (Deut. 10:17; Jó 5:12-13; 12:10; Pv 21:30; Dan. 4:35; Isa. 31:3).

Trata-se de uma soberania (3) totalmente impregnante. Esta impregnância absoluta repousa na Sua onipresença. *Para onde me irei do teu Espírito, ou para onde fugirei da tua presença? Se subir ao céu, tu aí estás; se fizer no Seol a minha cama, eis que tu ali estás também. Se tomar as asas da alva, se habitar nas extremidades do mar, ainda ali a tua mão me guiará e a tua destra me susterá.* (Sl 139:7-10).

Nós podemos ilustrar esta impregnância absoluta com os três modos como as Escrituras apresentam a soberania de Deus:

(a) Relacionando-a aos eventos da providência ordinária. É Deus quem derrama chuva sobre a terra e envia água aos campos. Ele faz com que Seu sol brilhe tanto sobre o mau como sobre o bom, e envia chuva para o justo como para o injusto. Ele veste o campo de grama, fazendo com que ela cresça para alimentar o gado, assim como o faz com a verdura para alimentar o homem. Ele alimenta os pássaros do céu. Nem um pardal cai ao chão sem o Seu conhecimento e vontade. Ele nos dá o pão de cada dia. Ele dá o vinho que alegra o coração do homem, o óleo que faz a sua face brilhar, e o pão que fortalece o seu coração. Ele coroa os nossos anos com bondade e a nossa vida com fartura. Ele dá até mesmo aquilo que se gasta abusivamente, ou é utilizado para atender a outro deus. Ele dá o grão, o vinho, o óleo, a prata e o ouro em abundância – coisas que os israelitas usavam em favor de Baal. Ele faz do vento Seus mensageiros e das chamas de fogo Seus ministros. Toda a terra está cheia de Sua glória. De tal modo isso é verdade, que uma contemplação piedosa de Suas obras ocasiona exclamações de admiração como esta: “Ó Senhor, incontáveis são as Tuas obras! Com sabedoria fizeste todas elas; a terra está cheia de tuas riquezas” (Jó 5:10; Mt 5:45, 6:26 6:11, 10:29; Sl 65:11, 104:4, 104:14-15, 104:24, Os 2:8).

(b) Relacionando-a à disposição das autoridades terrenas. Ele sozinho é o Deus de todos os reinos da terra. Ele remove e estabelece reis, pois, como o Todo Poderoso, Ele domina o reino dos homens e o dá a quem quer. Ele coloca no trono até o mais fraco dos homens. É Ele quem dá, até mesmo àqueles que não O temem, o reino, o poder, a força e a glória. Ele tanto derruba um trono, como destrói a força dos reis. (Is 37:16; Dn. 4:32,35; 5:18, 21; Ag 2:22).

A própria divisão do reino de Israel, cheia de conseqüências desastrosas para a verdadeira adoração a Jeová, ainda assim foi algo provocado pelo Senhor, fazendo cumprir o que estabelecia a Sua palavra (1Reis 12:15). *Assim diz o Senhor: Não subireis, nem pelejareis contra vossos irmãos, os filhos de Israel; volte cada um para a sua casa, porque de mim proveio isto* (1Rs 12:24). Pois Ele ordena reis para o julgamento e estabelece-os para a correção, de modo que a Assíria se torna a vara da sua cólera,

cujo bordão corresponde à divina indignação para executar o julgamento sobre o Monte Sião e Jerusalém (Hc 1:12; Is 10:5, 12).

Não se trata simplesmente, portanto, de que os poderes do governo civil estejam ordenados por Deus para serem ministros da equidade, do bem e da paz, ou para a punição daqueles que praticam o mal e para o louvor dos que fazem o bem (Rm 13:3; I Pe 2:14), mas também é verdade que governos corruptos e ilegítimos, que violam os mais básicos princípios do bom governo, encontram-se sob o comando de Deus e preenchem Seu propósito soberano. Na perpetração da iniquidade, contudo, eles enchem a taça da indignação divina. *Por isso acontecerá que, havendo o Senhor acabado toda a sua obra no monte Sião e em Jerusalém, então castigará o rei da Assíria pela arrogância do seu coração e a pompa da altivez dos seus olhos* (Is 10:12).

(c) Relacionando-a ao bem e ao mal, de modo que até mesmo os pecados dos homens ocorrem no escopo do Seu governo e da Sua providência. *Ora*, pergunta o oprimido e aflito Jó, desprovido de seus bens e afligido por bolhas dolorosas desde a sola dos pés até a cabeça, *recebemos de Deus o bem, e não receberemos o mal?* (Jó 2:10). Pois, *com Deus*, ele torna a afirmar, *está a sabedoria e a força; ele tem conselho e entendimento. Eis que ele derriba, e não se pode reedificar; ele encerra na prisão, e não se pode abrir* (Jó 12:13-14). Ele forma a luz e cria as trevas; Ele faz a paz e cria o mal. Ele mata e dá vida; Ele fere e Ele sara (Is 45:7; Dt 32:39). *O Senhor fez tudo para um fim; sim, até o ímpio para o dia do mal* (Pv 16:4). *Sucedirá qualquer mal à cidade, sem que o Senhor o tenha feito?* (Am 3:6).

Eu não estou alheio às questões graves que se derivam destes pronunciamentos das Escrituras. Mas, em que pese não me propor a abordá-las em detalhe, considero necessário afirmar que o ensino das Escrituras sobre a soberania divina requer que reconheçamos, com Calvino, que todos os eventos são governados pelo conselho secreto e direcionados pela mão presente de Deus, bem como que a onipotência de Deus não é vã, ou uma investidura inútil de potência, mas vigilante, eficaz e operativa ao máximo, “um poder constantemente exercido em cada movimento particular e distinto” (*Inst. I, xvi. 3*). “Donde nós afirmamos que, não apenas o céu e a terra, e as criaturas inanimadas, mas também as deliberações e volições dos homens, são governadas por Sua providência, de modo a se direcionarem para o fim apontado por ela” (*Inst. I, xvi. 8*).

Os problemas levantados atingem o seu ápice naquelas instâncias onde a agência de Deus é afirmada em conexão com aquilo que não apenas é mal no sentido genérico, mas também no sentido específico de pecado e erro. Concordo novamente com Calvino quando ele afirma que “nada pode ser mais explícito do que Suas freqüentes declarações de que Ele cega as mentes dos homens, golpeia-os com vertigem, inebria-os com os espírito do sono, enche-os de paixão cega, e endurece os seus cora-

ções”. Muitas pessoas afirmam que estas passagens referem-se a permissão, como se, ao abandonar o reprovado, Deus permitisse que eles fossem cegos por Satã. Mas esta solução é muito frívola, uma vez que o Espírito Santo expressamente declara que esta cegueira é infligida pelo correto julgamento de Deus. É Deus quem as Escrituras dizem, ter causado a teimosia do coração do Faraó, como também a agravado e confirmado. Muitos fogem da força destas expressões com uma contestação tola – afirmando que, desde que o próprio Faraó, em outro trecho das Escrituras, é referido como tendo endurecido o seu próprio coração, então, a sua própria vontade deve ser considerada a causa de sua teimosia. Como se estas duas coisas fossem inteiramente incompatíveis entre si: que o homem seja ativado por Deus, e, ao mesmo tempo, seja ativo, ele próprio! Porém eu lhes respondo com a sua própria objeção: pois se *endurecer* denota uma simples permissão, o Faraó também não poderia ser a causa da sua teimosia. Neste caso, como seria fraca e insípida uma interpretação que apresentasse o Faraó apenas permitindo a si próprio ser endurecido! Além disso, as Escrituras não dão espaço para este tipo de argumento. Deus afirma, “Eu endurecerei seu coração” (*Inst.* I. xviii. 2).

Nesta conexão, vale a pena observar que o profeta foi levado a dirigir-se ao povo, dizendo-lhe, *Ouvis, de fato, e não entendeis, e vedes, em verdade, mas não percebeis. Engorda o coração deste povo, e endurece-lhe os ouvidos, e fecha-lhe os olhos; para que ele não veja com os olhos, e ouça com os ouvidos, e entenda com o coração, e se converta, e seja sarado* (Is 6:9-10). Nos Evangelhos e nos Atos dos Apóstolos, nós temos alusões a esta parte da profecia de Isaías (veja Mt 13:14-15; Jo 12:40; At 28:26-27). Em Mateus e nos Atos, a cegueira dos olhos é apresentada como uma cegueira provocada pelas pessoas nos seus próprios olhos; em João, ela é apresentada como uma cegueira provocada por Deus. Esta variação serve para nos lembrar que uma inflição positiva da parte de Deus não deve ser abstraída da condição pecaminosa do coração, da perversidade moral e da ação responsável daqueles que estão sujeitos à retribuição divina. Paulo nos diz, quanto aos homens que não receberem o amor da verdade que poderia salvá-los, que, *por isso Deus lhes envia a operação do erro, para que creiam na mentira; para que sejam julgados todos os que não creram na verdade, antes tiveram prazer na injustiça* (1Ts 2:11:12; 1Rs 22:19:23). Mas, embora não possamos abstrair a inflição divina da situação moral daqueles que se encontram sob tal condição, ainda assim devemos reconhecer francamente a realidade da ação de Deus e a soberania da Sua agência. *Portanto, tem misericórdia de quem quer, e a quem quer endurece* (Rm 9:18).

Talvez nos sejam mais familiares, nesta questão da agência divina em sua relação com o mal, os textos de Atos 2:23 e 4:28, onde o maior crime da história humana é associado a determinado conselho e presciência de Deus. A conspiração armada contra Jesus por Herodes, Pilatos com seus gentios, e o povo de Israel, é aquela mesma que o conselho e a mão divina preordenaram que acontecesse.

Nós estamos tentando mostrar, de modo bastante resumido, algumas das maneiras pelas quais o testemunho das Escrituras atesta o caráter totalmente impregnante da soberania de Deus. Quando nós encontramos esta soberania se expressando, do modo mais inequívoco, até mesmo naqueles atos dos agentes subordinados onde a responsabilidade moral se encontra mais intensamente ativa na perpetração do erro, nós dificilmente poderemos ir mais longe para demonstrar a totalidade da sua abrangência.

Neste ponto, nós devemos sempre nos lembrar que Deus não contrai nenhuma corrupção ou criminalidade da sua agência. Ele é justo em todos os Seus caminhos e santo em todas as Suas obras. Enquanto tudo o que ocorre no universo de Deus encontra contrapartida, como diz B. B. Warfield, “na Sua ordenação positiva e cooperação ativa”, ainda assim, a “qualidade moral de uma ação, considerada em si mesma, está enraizada no caráter moral do agente subordinado, agindo, a cada momento, sob circunstâncias e motivos operativos” (*Biblical Doctrines*, p. 20). Deus não é o autor do pecado. O pecado é abraçado pela Sua preordenação decretiva, e é levado a cabo na Sua providência. Mas é abraçado pelo Seu decreto e efetuado na Sua providência de tal modo a garantir que a responsabilidade e a culpa se unam aos perpetradores do erro, e apenas a eles.

E novamente nos vem com força renovada a significância, e até mesmo a preciosidade, desta verdade segundo a qual um mistério inescrutável cerca o trabalho divino. *Assim como tu não sabes qual o caminho do vento, nem como se formam os ossos no ventre da que está grávida, assim também não sabes as obras de Deus, que faz todas as coisas* (Ec 11:5). Quanto a isto, não podemos racionalizar, nem podemos repousar no seu conhecimento para compreender. Nós apenas nos curvamos num estado de humilhação e ignorância inteligente, e reiteramos, *Poderás descobrir as coisas profundas de Deus, ou descobrir perfeitamente o Todo-Poderoso? Como as alturas do céu é a sua sabedoria; que poderás tu fazer? Mais profunda é ela do que o Seol; que poderás tu saber? Mais comprida é a sua medida do que a terra, e mais larga do que o mar* (Jó 11:7-9). Seu caminho está no mar e sua vereda nas águas profundas. Suas pegadas não são conhecidas. (Sl 77:19). Nuvens e trevas não nos deixam aproximar dEle. E ainda assim, de acordo com a Sua santidade, as Escrituras nunca nos permitem esquecer que a justiça e o juízo são a habitação do Seu trono (Sl 89:14).

A soberania de Deus é, de modo único e peculiar, exemplificada na eleição para a graça salvadora. No Antigo Testamento, um dos mais significativos episódios é a revelação do nome redentor de “Jehovah”. Tem havido muitas tentativas de interpretar o significado exato deste nome. A mais antiga, que o vê como uma expressão da auto-determinação, da independência (no plano da salvação), da soberania de Deus, parece a mais aceitável e defensável. Ela encontra a chave para o significado do

nome na fórmula, *Eu sou o que sou* (Ex 3:14). Em tudo o que Deus faz para o Seu povo, a Sua determinação parte de dentro dEle mesmo. Parafrazeada, a fórmula diria o seguinte, “O que Eu sou e o que Eu serei em relação ao Meu povo, Eu sou e serei em virtude do que Eu mesmo sou. A *rationale* de minhas ações e relações, promessas e propósitos, está dentro de Mim mesmo, na Minha vontade livre e auto-determinante”.

Correlacionada a esta soberania na escolha e salvação de Seu povo, encontra-se a fidelidade e constância de Deus. De modo consistente, Ele persegue as determinações que procedem dEle mesmo, o que garante a estabilidade e a persistência das Suas promessas e propósitos pactuais. *Pois eu, o Senhor, não mudo; por isso vós, ó filhos de Jacó, não sois consumidos* (Ml 3:6).

Talvez a tentativa mais plausível e sutil de eliminar a soberania de Deus na eleição para a graça salvadora é a interpretação da expressão “conhecimento prévio” no sentido diluído de presciência ou previsão, como o antecedente da predestinação na sequência do pensamento divino. O *locus classicus* deste argumento é Rm 8:29. Argumenta-se que o “conhecimento prévio” ali referido trata-se de uma visão antecipada da fé, ou, mais compreensivelmente, a visão antecipada de Deus quanto ao atendimento por parte do homem das condições para a salvação. Aqueles que Ele conheceu antecipadamente, portanto, seriam aqueles que Ele previu com certeza que preencheriam as condições para a salvação.

Acredita-se que esta abordagem remove a razão para a discriminação entre os homens (no âmbito da salvação), de um ato soberano e preordenado da parte de Deus para uma escolha soberana da parte do homem. Em relação à concepção *pelagiana* ou *arminiana* sobre a origem da fé, deve ser entendido que não faz grande diferença se esta origem está relacionada ao decreto eterno de Deus. A questão, na realidade, é outra: qual é o fator crucial e determinante na predestinação para a vida? Seria um ato soberano da parte de Deus ou um exercício de vontade da parte do homem? Uma vez que o decreto predestinador de Deus é tornado contingente da previsão de um ato ou uma decisão autônoma da parte do homem, então, é a ação da parte do homem que conta para a preordenação discriminadora da parte de Deus. E assim, a soberania de Deus na eleição para a vida é eliminada no seu ponto crucial. Faz-se com que a predestinação repouse numa condição que reside ou é preenchida pelo homem.

Se, pela segurança do argumento, nós fôssemos adotar esta interpretação diluída da expressão “conhecer antecipadamente” em Rm 8:29, nem por isso nós concluiríamos de pronto que a chamada exegese particularista teria que ser abandonada e a soberania absoluta de Deus, na questão da eleição para a vida, deveria ser eliminada. Se nós dizemos que a expressão “conhecer antecipadamente”, em Rm 8:29, refere-se a “quem Ele previu como crentes e perseverantes”, isto não significa que



tenhamos encerrado o assunto, pois nós somos compelidos a fazer uma outra pergunta: De onde vem esta fé que Deus prevê?

A resposta que as próprias Escrituras sustentam, é que a fé, ela própria, é um dom de Deus – não, certamente, um presente no sentido mecânico, mas um presente no sentido de ser graciosamente forjada no homem pela operação e iluminação do Espírito (veja, p.e., Jo 3:3-8; 6:44, 45, 65; Ef 2:8; Fp 1:29). Uma vez, portanto, que a fé é dada para alguns e negada a outros, sendo aqueles tão insignificantes quanto estes, a razão última é que Deus se agrada, pois, em operar em alguns e não em outros. A previsão divina da fé, portanto, deveria pressupor um decreto antecedente da parte de Deus para operar esta fé em alguns e não em outros. A previsão da fé teria como pressuposto lógico a determinação soberana de conceder esta fé. E assim, até mesmo a previsão, num conceito bíblico de origem da fé, nos lançaria de volta à determinação soberana da parte de Deus.

Esta exegese, entretanto, apesar de verdadeiramente não constituir uma alternativa válida para a compreensão da soberania de Deus no decreto da salvação, deve ser abandonada também pelas seguintes razões:

(1) É extremamente improvável que Paulo, encontrando a origem da nossa salvação na mente e na vontade de Deus, tivesse omitido referência ao decreto gerador, ou seja, o decreto que opera a fé.

(2) De acordo com os ensinamentos das Escrituras, em geral, e de Paulo, em particular, a fé encontra-se incluída ou associada à expressão κλησις e κλησις, na passagem em questão, corresponde a uma conseqüência do “conhecimento prévio” e da predestinação. E, sendo uma conseqüência, não pode ser também uma condição para a predestinação. Esta consideração é confirmada pelo versículo 28: *todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito*. Se chamados segundo o Seu propósito, o propósito é anterior ao chamado, e se a fé se encontra incorporada ou associada ao chamado, este propósito não pode ser condicionado pela fé.

(3) Esta exegese está em conflito com o que se conhece como o fim da predestinação – a conformidade com a imagem do Filho. Conformidade desse tipo claramente significa semelhança com Cristo em todos os aspectos. Conformidade com a imagem do Filho, sem dúvida, aponta para a perfeição última a que o eleito deverá chegar. Se é assim, então, todo o processo através do qual esta conformidade é assegurada e realizada, deve estar subordinado a este fim. Em outras palavras, o fim é claramente anterior, na ordem de pensamento, ao processo através do qual ele deva ser atingido. Mas o processo pelo qual o fim deva ser atingido, inclui a fé e a perseverança. A fé não pode, pois, ser o antecedente lógico da predestinação; ao contrário, é a predestinação que é o antecedente lógico da fé, mesmo que a fé se encontre prevista por Deus no Seu

conselho eterno. Isto equivale a dizer, na ordem do pensamento divino, que a fé é conseqüente ao propósito de conformidade com a imagem do Filho. Para que a fé fosse anterior à predestinação, o “conhecimento prévio” relevante teria que ser um “conhecimento prévio” da fé.

A fé, portanto, encontra-se a dois blocos do “conhecimento prévio”, na ordem do pensamento divino – dois blocos posteriores, e não anteriores; dois blocos na ordem da conseqüência, e não da causação.

(4) Esta última linha de interpretação está de acordo com os demais ensinamentos de Paulo e, particularmente, com aquela passagem que, mais que qualquer outra, trata deste assunto. Estamos nos referindo a Ef 1:

(a) Lá, Paulo afirma que Deus nos escolheu em Cristo *antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele em amor; e nos predestinou para sermos filhos de adoção por Jesus Cristo, para si mesmo* (Ef 1:4) Os eleitos são escolhidos para a santidade; no amor divino, são predestinados para a adoção.

(b) Esta eleição e predestinação são para o agrado da Sua vontade, encontrando-se de acordo com o objetivo dAquele que opera todas as coisas conforme o propósito da Sua vontade. Paulo, deve-se observar, amontoa expressões quase até ao ponto em que poderia haver, numa leitura superficial, uma considerável redundância, de modo a enfatizar a determinação soberana da vontade e do propósito divinos:

“προορισθεντες κατα προθεσιν του τα παντα ενεργουντος κατα την βουλην του θεληματος αυτου” [Ef 1:11]. Encontrar o fator determinante desta predestinação numa decisão humana, seria destruir toda a intenção de Paulo na sua eloqüente multiplicação de termos.

(c) A escolha em Cristo e a conseqüente união com Ele, é o antecedente ou o fundamento de todas as bênçãos concedidas. É no amado que nós fomos abundantemente favorecidos com a graça (vs. 6); é nEle que temos a redenção, o perdão dos pecados de acordo com as riquezas da Sua graça (vs.7); é em Cristo que se propôs, tornar conhecido o mistério da Sua vontade (vs. 9); é nEle que todas as coisas, no céu e na terra, serão reunidas (vs. 10); é nele que somos chamados (vs.11); é nEle que os efésios, quando ouviram e creram na palavra da verdade, foram selados com o Espírito Santo da promessa (vss. 13, 14). É obvio que este mesmo exercício de graça – graça de fé e de perseverança – corresponde a uma graça exercida na esfera e na base da união com Cristo, e assim, a união com Cristo, que tem sua gênese na escolha de Cristo antes da fundação do mundo, deve ser considerada anterior e base para esta graça, e não, como nos indicaria o caminho da presciência, a sua causa condicionante.

Se a exegese que conduz a expressão “conhecer antecipadamente” para o sentido diluído de presciência ou previsão, não é aceitável, qual então, podemos perguntar, é o significado da expressão? A resposta, dada repetidamente pelos mais competentes comentaristas, não é difícil de encontrar. As palavras *yādhā*, em hebreu, e *γινωσκω*, em grego, são usadas muito freqüentemente num sentido de gestação, ou seja, com um sentido mais amplo do que o de meramente observar ou tomar conhecimento de um fato. Muito freqüentemente, significa “prestar atenção em”, “levar em consideração”, “conhecer com particular interesse, prazer, afeição e até mesmo ação”. De fato, é um sinônimo prático de “amar” ou “colocar afeição sobre”. “O termo *προγινωσκω*”, como observa Sanday, “desloca a ênfase deste ‘prestar atenção’ do ato histórico no tempo para o conselho eterno, que o expressa e executa” (Comm., *in loco*). De modo que deveríamos parafrasear dizendo, “Aqueles que Ele amou antecipadamente”.

Este sentido impregnante da palavra encontra-se de acordo com as considerações contextuais. Em qualquer outro elo desta “corrente dourada da salvação”, como é conhecida, está se falando de uma atividade divina. Deus encontra-se intensamente ativo em todas as outras etapas. É Deus Quem predestina; é Deus Quem chama; é Deus Quem justifica; é Deus Quem glorifica. Estaria em desacordo com tal ênfase, um enfraquecimento no ponto menos indicado para isto, tornando o ato gerador de Deus menos ativo e determinante. A idéia de previsão carrega bem menos do caráter ativo e bem mais do caráter passivo que a ênfase monergística desta passagem bíblica parece requerer. Não se trata da previsão de uma diferença, mas de um conhecimento prévio que leva esta diferença a existir. Não se trata simplesmente de reconhecer uma existência; trata-se da determinação desta existência. A passagem bíblica expressa o caráter determinante do conselho da vontade de Deus em relação àqueles que são seus objetos. Trata-se de um amor que soberanamente distingue o seu objeto.

Se é este o sentido, uma nova questão pode ser levantada: Qual a diferença entre “conhecimento prévio” e predestinação no texto em questão? Sim, porque, após tudo isso, alguma diferença deve haver. A distinção existe e é simples e significativa. “Conhecimento prévio” é o estabelecimento de uma afeição conhecedora e amorosa (com aqueles que são objetos da relação). O foco da atenção é o amor de Deus. Mas nada declara, em si mesmo, sobre o destino específico a que serão conduzidos os objetos deste amor. O que, por outro lado, é exatamente o que faz a predestinação. Ela nos revela o destino elevado e abençoado para o qual os objetos deste amor peculiar e distintivo são designados. E, fazendo assim, revela também a grandeza do amor de Deus. É um amor de tal natureza que designa os escolhidos para a conformidade com a imagem dEle, o Filho eterno e unigênito.

Quando nós nos perguntamos sobre a razão deste amor que impregna o “conhecimento prévio”, ou buscamos uma explicação para a grandeza e

a segurança que a predestinação expressa, nós somos confrontados, de modo único, com a magnificência da soberania divina. Trata-se de um amor de acordo com o conselho da vontade divina. Sua razão está guardada no mistério do Seu agrado. Nós somos lançados face a face com um fundamento da revelação divina e, portanto, um fundamento do pensamento humano. Este amor não é algo que possamos racionalizar, ou mesmo analisar. Na sua presença, nós estamos, mais que em qualquer outro estado, subjugados pela consciência da soberania divina. Nós estamos golpeados pelo assombro. É um amor impressionante, inexplicável. Mas para a fé, é uma realidade que compele à mais profunda e mais elevada adoração. Trata-se de um amor cujo louvor a eternidade jamais irá exaurir. *Nisto está o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou a nós, e enviou seu Filho como propiciação pelos nossos pecados (1Jo 4:10). Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis os seus caminhos! Pois, quem jamais conheceu a mente do Senhor? ou quem se fez seu conselheiro? Ou quem lhe deu primeiro a ele, para que lhe seja recompensado? Porque dele, e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém.* (Rm 11:33-36).